



Proprietário do Novo Jornal é preso por suspeita de envolvimento com quadrilha

O jornalista Marco Aurélio Carone, proprietário e editor do site *Novo Jornal*, foi preso pela Polícia Civil de Minas Gerais nesta segunda-feira (20/1), sob a suspeita de envolvimento em um esquema de falsificação de documentos. De acordo com o Ministério Público, Carone utilizava o *Novo Jornal* para publicar documentos falsos, produzidos pelo grupo liderado por Nilton Monteiro, que está preso na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, também por falsificação. As informações são do portal *GI*.

Nilton Monteiro é apontado como o autor da famosa Lista de Furnas, cuja falsidade foi descoberta já em 2002 pela CPI dos Correios, e que foi produzida em seu computador. O documento seria a prova de um esquema de corrupção e suborno envolvendo a estatal Furnas Centrais Elétricas. Entre os supostos beneficiários do esquema, de acordo com a falsa lista divulgada pela revista *CartaCapital*, são citados o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e políticos como José Serra, Geraldo Alckmin e Roberto Jefferson.

Em julho de 2013, o Ministério Público Federal [apresentou](#) denúncia criminal contra Mino Carta e Leandro Fortes, dono e repórter da revista *CartaCapital*, respectivamente, e os empresários Dino Miraglia Filho e Nilton Antonio Monteiro, pelo crime de calúnia contra Gilmar Mendes. A reportagem em que as imputações são feitas foi publicada pela *CartaCapital* em agosto de 2012. Assinado por Leandro Fortes, o texto afirma que Mendes recebeu R\$ 185 mil de um esquema financeiro montado pelo empresário Marcos Valério para abastecer o caixa 2 da campanha de reeleição de Eduardo Azeredo, hoje deputado federal pelo PSDB mineiro. A ‘prova’ apresentada por Fortes era exatamente a Lista de Furnas.

Prisão preventiva

Em entrevista coletiva concedida durante a tarde desta segunda-feira, o promotor André Luis Garcia de Pinho, da Promotoria de Combate ao Crime Organizado, afirmou que Carone teve a prisão preventiva pedida após tentar intimidar testemunhas. Depois de o grupo ter sido denunciado pelo MP, segundo ele, o proprietário passou a utilizar seu jornal para publicar notícias direcionadas às testemunhas do caso. Em um trecho da entrevista, reproduzida pelo portal *R7*, André Luis de Pinho revelou que dez das 11 testemunhas foram tratadas como criminosas em reportagens publicadas no *Novo Jornal*.

O promotor disse que o grupo atuava há dez anos, tanto em Minas Gerais como no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, utilizando documentos falsos produzidos por eles para enriquecer por meio de cobranças ilegais na Justiça. De acordo com trecho da denúncia do MP reproduzido na sentença da juíza Maria Isabel Fleck, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte — publicada pelo site *Brasil 247* —, representantes do Judiciário estão entre as vítimas da “intensa campanha difamatória” de Marco Aurélio Carone.

Entre os nomes reproduzidos na peça, estão o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais José do Carmo Veiga e Jarbas Soares Júnior, que já foi procurador geral da Justiça e atualmente integra o Conselho Nacional do Ministério Público. O desembargador, assim como o prefeito de Belo



Horizonte, Márcio Lacerda, já teria entrado com ação de perdas e danos contra o proprietário do *Novo Jornal*. Ao acolher o pedido de prisão preventiva de Marco Aurélio Carone, a juíza afirmou que o site “é utilizado para lançar ofensas à honra de autoridades públicas, achincalhando e ofendendo a todos que se posicionam contra os interesses do grupo”.

Ela baseou a prisão preventiva na possibilidade de, mantido em liberdade, o proprietário utilizar o *Novo Jornal* para “forjar provas, ameaçar e intimidar testemunhas”. Outro argumento citado é a necessidade de garantia da ordem pública, pois o réu costuma “desestabilizar pessoas e instituições com seus ataques levianos e infames, sendo considerado pioneiro na ‘arte’ de extorquir via ‘jornalismo virtual’”. Por fim, ela citou 16 ações em que Marco Aurélio Carone é réu, o que torna claro o abalo à ordem pública causado por suas alegações.

Em agosto de 2008, o site chegou a ser [tirado](#) do ar, a pedido do Ministério Público de Minas Gerais. Para os promotores, o site difamava autoridades como o governador Aécio Neves (PSDB) e o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior. Além disso, não tinha identificação do jornalista responsável pelas notícias.

Date Created

20/01/2014